

# Os sentidos do desastre em Mariana: campos problemáticos e polifonia na cobertura do portal *Estado de Minas*

**Márcia Franz Amaral**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

**Elise Azambuja Souza**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

**Julia Capovilla Luz Ramos**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

## Resumo

O artigo analisa a cobertura do portal *em.com.br* sobre o rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG em novembro de 2015. Divididas em quatro fases temporais distintas, as matérias que compõem o *corpus* documental ajudam a compreender os pontos de vista mobilizados pelas fontes escolhidas pelos jornalistas para narrar e dar sentido ao ocorrido. Concluímos que o acionamento de fontes põe em funcionamento um ritual estratégico de polifonia dentro das rotinas produtivas jornalísticas desestabilizadas pelos desastres enquanto os campos problemáticos evidenciados pelo rompimento da barragem são os verdadeiros orquestradores do sentido social do acontecimento.

## Palavras-chave

Mariana. Cobertura Jornalística de Desastres. Polifonia. Campos Problemáticos. Fontes Jornalísticas.

## Introdução

“Há 30 anos, Mariana era uma coisa, hoje é outra. A cidade se desenvolveu muito depois da chegada da Samarco. Não temos outra fonte de renda, por isso defendemos a mineração”<sup>1</sup>, afirma Isabel Sales Souza, moradora de Mariana. “Estamos supernervosos; temos filhos, escolas para pagar; estamos apreensivos. A empresa está errada, mas não é justo fechá-la. Serão muitos empregos perdidos”<sup>2</sup>, diz Joicy Freitas, laboratorista química na Samarco. As duas manifestações a favor da empresa Samarco

1 CRUZ, Márcia Maria; MOTTA, Luiz Fernando. Manifestantes entregam abaixo-assinado para prefeito pedindo permanência da Samarco em Mariana. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 21 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/21/interna\\_gerais,710281/manifestantes-entregam-abaixo-assinado-para-prefeito-pedindo-permanenc.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/21/interna_gerais,710281/manifestantes-entregam-abaixo-assinado-para-prefeito-pedindo-permanenc.shtml)>. Acesso em: 05 mai. 2019.

2 VALE, João Henrique do; LOPES, Valquiria. Em protesto, grupo de moradores de Mariana defende mineradora: “Justiça sim, desemprego não”. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 17 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/17/interna\\_gerais,709073/protesto-grupo-de-moradores-de-mariana-defende-mineradora.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/17/interna_gerais,709073/protesto-grupo-de-moradores-de-mariana-defende-mineradora.shtml)>. Acesso em: 05 mai. 2019

são exemplos de o quanto o acontecimento do rompimento da barragem de rejeitos percorre caminhos sinuosos. Reconstituímos brevemente esta história para posteriormente analisarmos as fontes jornalísticas, os enunciadores e os campos problemáticos que se enredam neste acontecimento.

Cinco de novembro de 2015. A população de Mariana, município do estado de Minas Gerais, que tem na mineração a principal atividade econômica, vivia mais um dia normal quando a barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, se rompeu. A maioria dos moradores de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, localizado a menos de 5 km da barragem, não conseguiu nem mesmo pegar seus pertences. Quando foi avistada, a grande quantidade de rejeitos que descia

pelo vale já não deixava tempo para nada. Abaixo dos dejetos, o distrito desapareceu.

Dentro de poucas horas a notícia já circulava em portais de todo o país, mas os dados sobre o número de vítimas, as causas do rompimento e o impacto do desastre socioambiental<sup>3</sup> ainda eram imprecisos. Os dias seguintes foram de intensa cobertura. A mídia acompanhou o avanço dos milhões de metros cúbicos de rejeitos, que chegaram aos rios Gualaxo do Norte e do Carmo e desceram pelo Rio Doce atingindo todas as localidades ao longo do percurso. No décimo sexto dia, grande quantidade do material chegou ao mar, no estado do Espírito Santo, trazendo consequências irreversíveis para a fauna e para a flora. O desastre deixou, entre mortos e desaparecidos, 19 pessoas e, de acordo com o Relatório

**3** As formas de denominação/nomeação deste acontecimento como crime, tragédia ou desastre não são o foco deste artigo, mas estão entre as questões analisadas em pesquisa mais ampla e são motivo de controvérsias por apresentarem grande peso sobre a forma como o acontecimento é percebido e interpretado. Assim, optamos pelo termo genérico “desastre” no sentido da definição empregada pela Defesa Civil para se referir ao “[...] resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO, 1998, n.p.). O uso do termo também se pauta pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), a partir da qual seria classificado como um desastre tecnológico relacionado com as obras civis, embora tenhamos optado pelo complemento socioambiental em referência às consequências causadas.

publicado pelo Estado de Minas Gerais, mais 600 desabrigados<sup>4</sup>.

Só em Minas Gerais foram registrados pelo menos outros sete rompimentos de barragens anteriormente (POEMAS, 2015), mas nenhum deles alcançou proporções tão devastadoras quanto o rompimento da barragem de Fundão. Três anos depois do rompimento da barragem da Samarco outra barragem controlada pela Vale, desta vez na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), cedeu. Embora a quantidade de rejeitos que inundou a localidade tenha sido quatro vezes menor que a que foi despejada em Mariana, o número de vítimas fatais foi imensamente maior: 246. Diariamente a possibilidade de novos rompimentos continua assombrando as localidades mineiras.

Diante do caos provocado por desastres dessa magnitude, entendidos aqui como acontecimentos (QUÉRÉ, 2005) dotados de um poder

de afetação e de revelação de campos sociais problemáticos, o jornalismo se apresenta como organizador de sentidos ao realizar uma cobertura que tenta, a todo momento, restabelecer a ordem (FRANÇA, 2012). Para isso, recorre a fontes que o ajudem a reconstituir e explicar os fatos e suas circunstâncias, e a elas são concedidos determinados papéis (AMARAL, 2015). Expor os nós que formam a grande teia do acontecimento, os pontos de vista que se encontram em disputa e outros que podem estar sendo negligenciados, oferece a possibilidade de lançar um olhar privilegiado para as práticas jornalísticas, já que quanto mais complexo e problemático é o acontecimento, mais disputas se estabelecem em seu entorno.

Neste trabalho, analisamos a cobertura jornalística do desastre socioambiental em Mariana pelo portal mineiro *em.com.br*, do jornal *Estado de Minas*, que se desenrolou ao mesmo tempo que o próprio acontecimento, o que, a nosso

4 O conceito de desabrigado diferencia-se do termo desalojado e também expõe o peso que diferentes denominações implicam, mesmo que pareçam sinônimos. De acordo com o Glossário da Defesa Civil (CASTRO, 1998), desabrigados são pessoas cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessitam de abrigo provido pelo sistema, já os desalojados, são aqueles que precisaram abandonar suas habitações por dano ou ameaça de dano, de forma definitiva ou temporária e que, não necessariamente precisam de abrigo provido pelo sistema. Nesse ponto, cabe comentar que o número de desabrigados levantados também não é o mesmo em cada fonte da imprensa consultada, o que se deve tanto à confusão de termos quanto pela disparidade nos dados publicados pelas fontes primárias. O relatório publicado pela Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana – MG (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016), indica a existência de 644 desabrigados e 716 desalojados, por exemplo, enquanto o Relatório Final do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS, 2015) contabiliza mais de 1,2 mil desabrigados. A incongruência em dados numéricos relacionados a desastres, com destaque para esse caso, é frequente e também foi percebida em relação ao volume de rejeitos liberados com o rompimento, por exemplo (RAMOS; SOUZA, 2019).

ver, proporciona um olhar privilegiado sobre a forma como o jornalismo lida com situações desestabilizadoras como os desastres. Embora um grande espaço do jornal impresso tenha se dedicado ao assunto, tendo sido publicadas 87 páginas desde o dia do desastre até o dia 22 do mesmo mês, a escolha por centrar a análise no portal encontra motivação específica: por se tratar de uma plataforma que possibilita a atualização contínua, característica específica do jornalismo *on-line* (PALACIOS, 2003) que ganha destaque quando estão em jogo assuntos de maior interesse. Prova disso é que nesse mesmo período, mais de 500 matérias foram publicadas no site. O corpus analisado é composto por quatro fases da cobertura que abrangem uma média de 24 horas cada e compreendem marcos importantes na evolução do acontecimento. O objetivo é compreender quem são e o que dizem as fontes jornalísticas (locutores) sobre as causas e desdobramentos do acontecimento e problematizar a questão da polifonia a partir dos diferentes pontos de vista (enunciadores) mapeados e dos campos problemáticos mobilizados por eles.

Nos três anos que sucederam o desastre, algumas pesquisas já se dedicaram a olhar para ele a partir da perspectiva do jornalismo (BARBOSA, CARVALHO, 2017; CARVALHO, 2018; CÂMARA, 2018; COSTA, 2016; PORCELLO et al., 2016; VARELA; LOCATELLI, 2017; WINCH, 2018). Entretanto, poucas centraram suas

preocupações na participação das fontes jornalísticas nas coberturas. Identificamos duas pesquisas de dissertação que circundam essas questões de forma mais específica: *O Samarco no Jornal Nacional: narrativa de personagens do maior desastre socioambiental do Brasil* (CARVALHO, 2018), e *Para nunca esquecer: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana* (CÂMARA, 2018).

Carvalho (2018) recorre à Análise de Conteúdo como metodologia para analisar as personagens presentes na narrativa do Jornal Nacional sobre o desastre e os papéis atribuídos a elas. Ao final da análise, o autor conclui que as vítimas foram as protagonistas da maior parte das reportagens analisadas e representaram a dimensão humana do desastre, enquanto à Samarco foi atribuído o papel de “grande vilã”, movimento que também acarretou na preservação da imagem da Vale e da *BHP Billiton*, suas controladoras. Já Câmara (2018) tem como objeto de pesquisa os cadernos especiais sobre o desastre nos jornais *O Tempo* e *Lampião*. Observando os jornalistas no papel de locutores, o autor defende que esses gerenciam os pontos de vista, podendo manifestar o posicionamento do veículo a partir dos termos axiológicos empregados e das fontes acionadas. Tendo em vista essas duas experiências, exploramos uma nova

perspectiva sobre a cobertura do acontecimento, tomando como problemática a polifonia no discurso jornalístico a partir da mobilização das fontes enquanto locutores e dos enunciadores mobilizados por elas, bem como dos campos problemáticos em que se inserem tais pontos de vista.

Assim, partimos da ideia de que todo e qualquer discurso, incluso o discurso jornalístico, embora seja essencialmente dialógico – por sua natureza interdiscursiva ou intersubjetiva – não é necessariamente polifônico. Nos alinhamos à discussão levantada por Oswald Ducrot (1987) sobre a origem da enunciação. O autor questiona a teoria da unicidade do sujeito da enunciação, expressa pela máxima “um enunciado – um sujeito” e propõe, na contramão dessa perspectiva, a Teoria Polifônica da Enunciação, na qual distingue os papéis ocupados por locutor e enunciator em um dado discurso. É exatamente a partir dessa concepção que Machado (2006, p. 8, grifo da autora) afirma que “[...] não há como reconhecer pluralidade e diversidade, no jornalismo, sem que se identifique um discurso **efetivamente polifônico**. Sem polifonia, no sentido da perspectiva de Ducrot, estamos diante de um discurso falsamente plural”.

As disputas localizadas nas vozes manifestas das fontes mapeadas em nosso *corpus* também nos ajudam a compreender como

o acontecimento lança luz sobre diferentes campos problemáticos. Para isso, buscamos apoio nos conceitos de dupla vida e poder hermenêutico, ligados à perspectiva do acontecimento (QUÉRÉ, 2005).

### Os contornos dos campos problemáticos

Antes de passarmos à análise e discussão sobre a participação das fontes na cobertura do desastre pelo portal e dos pontos de vista manifestados por elas, discutiremos brevemente os campos problemáticos evidenciados a partir do rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana, passo importante para que possamos antever e localizar as disputas mobilizadas pelos enunciadores. É a estruturação dos campos problemáticos que, em razão dos acontecimentos, dá sentido e enquadra os problemas públicos precedentes. Nas palavras do autor, eles podem ser compreendidos como

Um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas (QUÉRÉ, 2013, p. 27).

As problemáticas que levaram ao acontecimento e que, portanto, representavam riscos e perigos e as novas portas abertas para o debate e ação pública, quando amarradas,

fazem com que um acontecimento singular revele um campo problemático mais amplo que se constitui como uma totalidade contextual (QUÉRÉ, 2013). É importante lembrar, no entanto, as contribuições de Rebelo (2006) que, ao postular que nem todos os acontecimentos são mediatizados e que nem tudo que é mediatizado é acontecimento, nega a relação direta entre a mediatização e o estabelecimento de campos problemáticos, já que estes podem surgir de ações coletivas que não necessariamente refletem ou alimentam campos problemáticos já conhecidos.

Ainda assim, mesmo que não sejam obrigatoriamente sua origem, é através das mídias que os campos problemáticos são percebidos de forma privilegiada para Quéré. Na tarefa de formular suas considerações, Quéré (2005) tem a experiência em seu horizonte e mobiliza dois importantes conceitos – o poder hermenêutico e a dupla vida – que, intrinsecamente ligados dizem não só sobre o acontecimento em si, mas sobre toda a conjuntura social que o envolve, apresentando grande potencial explicativo de suas amarras. Isso porque, a descontinuidade dos acontecimentos impulsiona a necessidade de ordená-lo, inseri-lo em uma ordem de sentido, o que o leva a uma segunda fase de sua existência, também entendida como sua segunda vida: a simbólica. Justamente nesse processo são recuperados os nós que atam o acontecimento

ao passado e ao futuro que inaugura, evidenciando seu poder hermenêutico. É nesse sentido que Quéré afirma que “[...] a principal origem da compreensão do acontecimento está no próprio acontecimento” (2005, p. 61).

Assim, o acontecimento joga luz para um passado que é relativo a ele e nesse movimento podem ficar evidentes situações sintomáticas. O caso do rompimento da barragem da mineradora Samarco colocou sob os holofotes a não coincidência entre os vários rompimentos já ocorridos e sua extrema relação com o modelo econômico da atividade mineradora, que teve crescimento expressivo no Brasil nos últimos quinze anos, conforme apontam Silva e Andrade (2016). Essa relação é abordada por Wanderley et al. (2016, p. 41) que, com base nas hipóteses de Davies e Martin (2009), concluem que “[...] se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento de barragens” (WANDERLEY et al., 2016).

O grande potencial de destruição do desastre também revela a situação de vulnerabilidade das vítimas enquanto campo problemático e, conseqüentemente, como agravante das conseqüências. Zhou et al. (2016) destacam que a comunidade ribeirinha de Bento Rodrigues, assim como inúmeras outras, apresenta um histórico de construção de moradias e modos de vida em torno das dinâmicas fluviais

(nesse caso, do Rio Doce), locais que foram posteriormente transformados em áreas de risco com a chegada dos megaempreendimentos minerários. “Com o evento, aqueles que já eram afetados pela operação do complexo minerário sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além de bens materiais e do comprometimento permanente de seu território” (ZHOURI et al., 2016, p. 37).

Retomando a ideia de Quéré (2005, p. 61) de que a redução das discontinuidades do acontecimento é feita “[...] ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível”, podemos pensar no quanto essas inúmeras questões já indicavam a previsibilidade e as potencialidades do acontecimento e de suas consequências. Indo além, alguns desdobramentos dos desastres também possuem um ponto de ancoragem em seu passado relativo, como é o caso das manifestações em relação à empresa.

Responsável pela barragem que entrou em colapso, a mineradora Samarco sofreu inúmeras sanções, como multas bilionárias, a obrigatoriedade de tomar providências quanto aos danos ambientais e sociais causados e manifestações públicas de cobrança de atitudes. Em contrapartida, o embargo das atividades da mineradora na região, que

aconteceu cinco dias após o rompimento, ocasionou, também, manifestações a favor da empresa, protagonizadas por cidadãos em geral e até mesmo por políticos que pediam pela volta de suas atividades.

Agindo como profetas que miram o passado (ARENDR, 1980) encontramos, novamente nas questões econômicas que envolvem a mineração, um campo problemático que é posto em cena. Wanderley et al. (2016) assinalam que a principal fonte de arrecadação dos municípios em que há extração de minérios é referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Dentre todos os municípios mineiros, Mariana foi o que mais recebeu repasses no ano de desastre, um volume de recursos que corresponde a 80% da arrecadação do município e que põe a região em uma situação de dependência econômica. O cenário se repete em relação à oferta de empregos, uma vez que o setor é responsável pela maioria das vagas disponibilizadas.

O Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais (FEAM, 2014) já apontava a classificação da barragem de Fundão como alto risco e alertava para a situação de outras barragens. Publicado em 2014, o documento mostra que 3,9% das barragens do Estado não tinham estabilidade garantida e ainda, em 1,8% não havia como determinar as condições

de estabilidade após a auditoria. Entretanto, a real dimensão do problema só foi compreendida após o rompimento de Fundão. O jornal *Estado de Minas*, ao trazer em reportagem os dados do Inventário, que também enquadrava cerca de 8% das barragens mineiras na classificação alto risco, mencionava inúmeras referências a episódios anteriores, evidenciando que o medo de uma tragédia maior já figurava no campo de possíveis daquelas localidades.

Questões como essas também impulsionaram ações concretas em direção a mudanças no procedimentos de segurança dos empreendimentos mineradores, evidenciando as novas projeções possibilitadas pelo acontecimento (QUÉRÉ, 2005). Exemplo disso foi a retomada das discussões sobre o Código da Mineração, em pauta desde 2013, quando o projeto de lei foi encaminhado. Em 2016 outro projeto de lei foi apresentado pela Comissão Extraordinária das Barragens à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Ainda em tramitação, ele prevê medidas mais rígidas no processo de implantação, classificação de risco e fiscalização das barragens e expõe as inúmeras falhas na legislação e nos processos de fiscalização.

### **As vozes que guiam a cobertura jornalística**

Os pontos tratados anteriormente demonstram a forma como os acontecimentos abrem novos horizontes de possíveis e revelam

campos problemáticos. Assim como postula Quéré (2005), a costura do acontecimento com os precedentes e projeções inaugurados por ele é uma forma de reduzir discontinuidades e de inseri-lo em uma ordem de significação, procedimento que é percebido na movimentação do jornalismo quando está diante de eventos-limite que precisam ser noticiados. As características próprias de cada desastre, entretanto, inserem diferentes desafios aos profissionais, impõem determinadas dificuldades e se constituem como experiências únicas de trabalho. De fato, os obstáculos e contratempos não são poucos diante desse tipo de cobertura.

Defendendo a cobertura jornalística como uma das construtoras públicas do acontecer catastrófico, Amaral (2015) traz algumas características que permeiam o movimento do jornalismo em busca da estabilização de sentidos sobre o ocorrido. Surgindo, em um primeiro momento “no tom do ao vivo”, a cobertura precisa explicar, mesmo que provisoriamente, o acontecimento, até que se tenha subsídios para construir um relato mais detalhado. Esse processo é presidido pela busca das causas e responsáveis pela tragédia. Para tanto, o jornalismo esquadrinha e reconstitui o acontecimento, acionando discursos de outros campos sociais para “[...] explicar as causas, medir as consequências e tornar públicas as

experiências vivenciadas” (AMARAL, 2015, p. 43). Para tanto, “[...] vale-se da fala de agentes sociais para recompor a cena e, neste processo, busca diversas fontes jornalísticas e concede para as suas declarações determinados papéis” (AMARAL, 2015, p. 44). Nesse acionamento, surge como marcador a característica da personalização, que ocorre de maneira acentuada no relato das vítimas e toma o rumo contrário quando o assunto é a apuração de responsabilidades. Há, nas primeiras horas de cobertura noticiosa, a tergiversação das fontes ligadas ao poder e um certo distanciamento das fontes especialistas que ainda tentam tirar conclusões sobre o ocorrido, o que leva ao protagonismo das fontes testemunhais (AMARAL, 2013).

Junto dessas considerações lembramos que discutir a relação entre jornalistas e fontes e os movimentos que levam à produção das notícias exige lembrar que a subjetividade perpassa esse processo. Conduzimos nossa reflexão acerca das fontes a uma dimensão que compreende sua participação na configuração das notícias a partir da condição de sujeitos. Isso porque entendemos o jornalismo como uma linguagem, um discurso pelo qual circulam, se produzem e se interpretam sentidos; processo esse que é protagonizado por sujeitos e no qual interferem condições de produção específicas (MACHADO, 2006).

Admitir o jornalismo como um discurso produzido por e para sujeitos situados historicamente demanda assimilar a influência da exterioridade social, cultural e ideológica sobre sua produção e, conforme Machado e Jacks (2001, p. 2), “[...] fazer a objetividade e subjetividade conviverem em um mesmo espaço exige um pensamento de maior complexidade, não excludente, que aceite o movimento das contradições”. Considerar apenas o caráter intersubjetivo dos discursos, portanto, já seria suficiente para mostrar a opacidade que os constitui e acabar com a ideia de quem carregam uma verdade absoluta, com apenas uma possibilidade de interpretação.

Assim, pensar que “[...] o indivíduo cindido em vários sujeitos só pode falar porque se desloca e se descentra” e que “[...] o sujeito sempre fala de um lugar, e que este lugar pode ser diferente daquele que ocupou há um minuto” (MACHADO; JACKS, 2001, p. 3) proporciona reflexões análogas à ideia de que é a situação enunciativa que faz com que os locutores ponham em cena determinados enunciados e enunciadores e não outros. Ainda que os locutores possam enunciar a partir de lugares distintos, mobilizando diferentes enunciadores.

Entendemos o enunciador não como um ser empírico, mas como o ponto de vista a partir

do qual se orienta o enunciado. Ducrot (1987) sistematiza o conceito de polifonia de Bakhtin (2010) através da Teoria Polifônica da Enunciação, e questiona a unicidade do sujeito, expressa pela máxima “um enunciado – um sujeito” ao distinguir as diferentes personagens enunciativas. O autor define como locutor aquele que assume as marcas linguísticas da primeira pessoa e a responsabilidade pelo enunciado, caracterizando-se como ser do discurso. Como enunciadores, refere-se aos seres que se expressam através da enunciação, “[...] se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras” (DUCROT, 1987, p. 192).

No jornalismo, as proposições de Ducrot (1987) para a análise das vozes que conformam um discurso têm sido adotadas justamente para questionar o estatuto dos enunciados, problematizando a multiplicidade de pontos de vista que podem ali estar contidas. Isso porque, de acordo com Machado (2006), o nível mais elementar de definição de vozes presentes em um discurso, – que dá conta de um locutor (quem fala), um alocutário (para quem fala), e um delocutário (de quem se fala) –, não é capaz de abarcar toda a problemática que circunda o campo. Diante da natureza pública do

jornalismo e da sua constituição enquanto “[...] lugar de circulação de diferentes saberes sobre os fatos e o mundo”, Machado (2006) defende que as pesquisas avancem para o nível de identificação das diferentes perspectivas de enunciação.

Mapear apenas os locutores presentes no discurso jornalístico, classificando as categorias de fonte a que pertencem, para Machado (2006, p. 9), “não se mostra suficiente para evidenciar quem de fato tem voz social no discurso jornalístico”. Somente a adoção de estudos que cheguem ao nível dos enunciadores, também entendidos como perspectivas de enunciação, podem trazer contribuições para o campo do jornalismo, já que apenas nesse nível de análise seria possível constatar a verdadeira pluralidade e diversidade social presente no discurso noticioso.

### O mapa das vozes em disputa

Para a análise proposta selecionamos quatro fases representativas do acontecimento, compostas por uma média de 24 horas de cobertura cada, que compreendem marcos importantes em sua evolução. A primeira fase começa a partir do dia cinco de novembro e encerra as primeiras 24 horas após o rompimento da barragem de Fundão, representando seu momento de irrupção e as primeiras reações ao desastre. A segunda compreende os dias oito e nove

de novembro de 2015, período que vai desde o corte de abastecimento de água na cidade de Governador Valadares/MG, uma das localidades mais prejudicadas com a falta de água potável, até o embargo das atividades da mineradora pelo Governo de Minas Gerais. A terceira fase vai do dia 17 ao dia 18 de novembro, quando o governo de Minas Gerais decreta situação de emergência na região do Rio Doce. Já a quarta e última fase abarca o dia 21 de novembro, data em que os rejeitos liberados com o rompimento da barragem de Fundão desaguardam no mar.

Optamos por analisar as falas das fontes que apareciam marcadas pelo uso de aspas por entender que, dentro do processo de edição jornalística, o uso desse recurso tem a finalidade de destacar as informações ali contidas, seja como forma de fixá-las como provas suplementares ou mesmo de isentar o jornalista e o veículo da responsabilidade sobre elas (TUCHMAN, 2016). Cada uma das fontes citadas diretamente nas matérias caracterizou um locutor. Reunimos os locutores mapeados atribuindo-lhes siglas em ordem numérica para melhor identificá-los. Posteriormente, os agrupamos conforme uma tipologia de fontes elaborada por nós que seguiu, fundamentalmente, a lógica dos campos problemáticos que cercam o acontecimento. A partir da identificação dos pontos de vista evidentes nas citações dos locutores nos dois

eixos analisados e a colocação em cena dos campos problemáticos do acontecimento, foi possível categorizar os principais enunciadores presentes nas manifestações das fontes, conforme explanaremos a seguir.

Na primeira fase foram publicadas 35 matérias, dessas, 26 apresentavam citações diretas (74%); na segunda fase, do total de 33 matérias publicadas, apenas 20 continham citações diretas (60%); na terceira fase, das 47 matérias, 39 apresentavam citações diretas (83%); já na quarta e última fase, 15 das 17 matérias incluíram citações diretas (88%). Dessa maneira, a totalidade do *corpus* foi composta por 100 matérias publicadas no portal *em.com.br* durante as quatro fases que, juntas, somam 96 horas de cobertura.

Com relação aos locutores, vale destacar que estes foram numerados sequencialmente e não por fases. A partir dessa identificação numeral em sequência registramos a participação de 161 locutores. Desse total, 37 participam da primeira fase, 34 da segunda, 80 da terceira e 30 da última fase, com a ressalva de que alguns locutores têm seus discursos presentes em matérias de mais de uma fase, situação que ocorre com frequência com fontes governamentais e representantes da mineradora Samarco. Identificamos a presença de 12 tipos de fontes acionadas, classificadas conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de fonte

Tipo de fonte	Quem são?
<b>Governamentais</b>	Estão diretamente ligadas ao Governo e órgãos governamentais, como prefeitos e governadores, secretários, representantes do Ministério Público etc.
<b>Não governamentais</b>	Representam organizações da sociedade civil
<b>Mineradora</b>	Fontes da Samarco e, ainda, de outra mineradora que atua na região
<b>Afetados</b>	Vítimas diretas e indiretas do desastre, como aqueles que perderam a casa, parentes e amigos,
<b>Especialistas</b>	Falam em nome de universidades e instituições de pesquisa, fornecendo informações técnicas específicas
<b>Bombeiros</b>	Trabalham nas buscas e atendimento aos afetados
<b>Manifestantes pró-Samarco</b>	Organizam e participam de manifestações a favor da empresa
<b>Manifestantes contra Samarco</b>	Organizam e participam de manifestações contra a empresa
<b>Notáveis</b>	Famosos que se sensibilizam com o acontecimento e se mobilizam em favor dos afetados
<b>Voluntários</b>	Auxiliam nas buscas e o no trabalho de atendimento aos afetados
<b>Sindicais</b>	Falam em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração Mineral de Mariana – Metabese
<b>Igreja</b>	Arquidiocese de Mariana
<b>Anônima</b>	Fonte não identificada

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018).

Partindo para os dados analisados, no eixo das causas (Figura 1) mapeamos a presença de nove locutores enunciando sobre o assunto na primeira fase. Essas fontes evidenciaram o aparecimento de três enunciadores: E1, traz a visão de que os motivos para o rompimento tendem a ser problemas internos ao empreendimento, como falta de segurança e fiscalização (3 especialistas; 1 governamental); E2, traz a perspectiva de que o empreendimento estava regularizado e não apresentava problemas e que, portanto, os motivos para o rompimento tendiam a ser externos (2 mineradora; 1 afetado); E3, aponta ainda ser cedo para

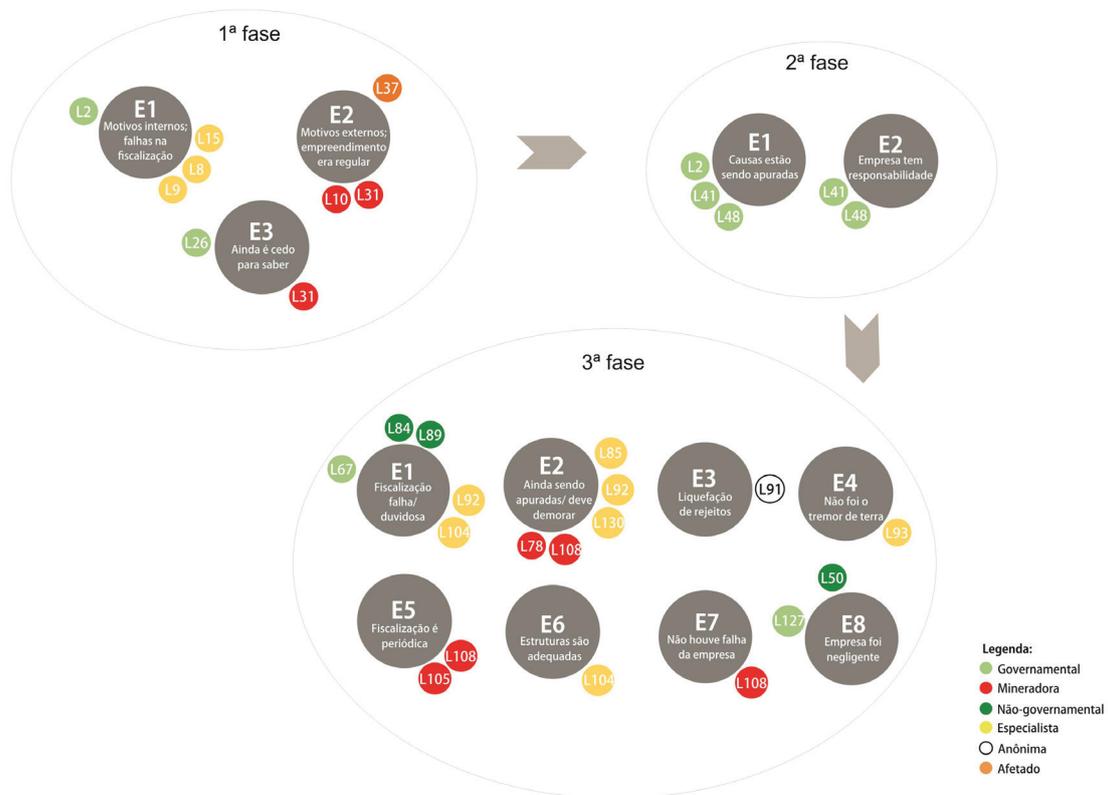
atribuir causas específicas para o rompimento (1 governamental; 1 bombeiro).

Na segunda fase percebemos que os discursos sobre causas são coordenados majoritariamente por fontes governamentais. Temos a manifestação de dois enunciadores: E1, traz a posição de as causas estão sendo apuradas (2 governamentais; 1 não governamental); E2, adianta a responsabilidade da empresa sobre o rompimento (1 governamental; 1 não-governamental). Já na terceira fase 20 locutores se manifestam a partir de oito enunciadores, são eles: E1, traz a posição de que a fiscalização

é falha e/ou duvidosa (2 não governamentais; 2 especialistas; 1 governamental); E2, indica que as causas ainda estão sendo apuradas (3 especialistas; 2 empresa); E3, aponta uma nova causa provável para o rompimento: a liquefação de rejeitos (1 anônimo); E4, descarta a hipótese inicial de que um tremor de terra poderia ser a causa (1 especialista); E5, indica que há periodicidade e qualidade da

fiscalização e monitoramento (2 empresa); E6, assinala que a estrutura das barragens na região geralmente é adequada (1 especialista); E7, indica que não houve falha da empresa (1 mineradora); E8, aponta a responsabilidade e a negligência da empresa (1 governamental; 1 não governamental). Já na quarta e última fase não houve enunciadores sobre causas do acontecimento.

Figura 1 – Fluxo de enunciadores sobre causas nas quatro fases



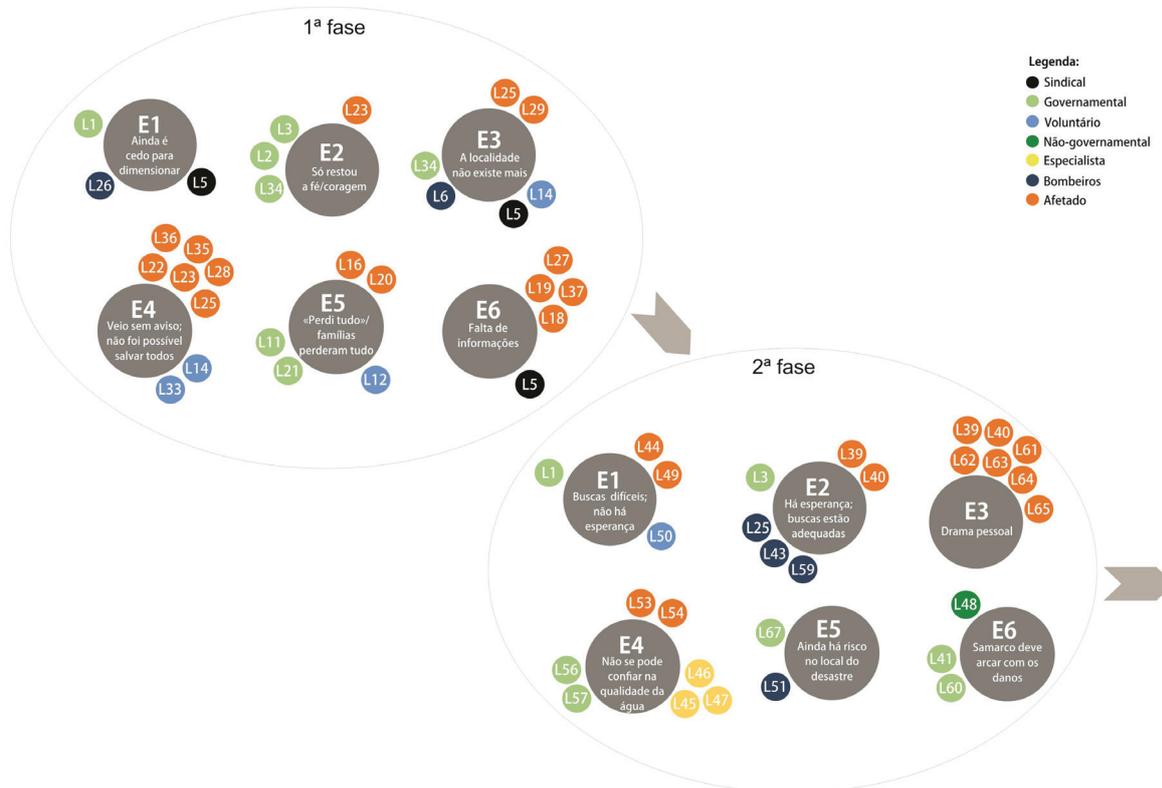
Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Passando para o eixo dos desdobramentos (Figuras 2, 3 e 4), apontamos que este é o que reúne o maior número de locutores e de enunciadores mapeados. Também é o eixo que registra a maior participação de afetados pelo desastre. Já na primeira fase temos a participação de 31 locutores, distribuídos em seis enunciadores: E1, afirmam ser cedo demais para dimensionar as consequências do evento, incluindo o número de vítimas (1 governamental; 1 bombeiro; 1 sindical); E2, recorre à fé e à esperança para traduzir a impotência diante do desastre (3 governamentais; 1 afetado); E3, traz à tona uma das faces mais chocantes da tragédia durante os primeiros momentos após o rompimento: o desaparecimento completo de algumas localidades sob os rejeitos, entre elas, o subdistrito Bento Rodrigues, que na fala de algumas fontes “não existe mais” (2 afetados; 1 sindical; 1 bombeiro; 1 voluntário; 1 governamental); E4, atribui a gravidade das consequências à rapidez com que os rejeitos chegaram em Bento Rodrigues e à falta de aviso sobre o rompimento, o que, no momento da tragédia, impossibilitou o salvamento de algumas vítimas (6 afetados; 2 voluntários); E5, traz a perspectiva do drama pessoal das vítimas que perderam todos os seus bens (2 afetados; 2 governamentais; 1 voluntário); E6, diz respeito ao clima de desorientação que se estabeleceu após o desastre, evidenciando a falta de retorno da empresa e dos órgãos públicos sobre as vítimas e sobre como

proceder diante do acontecimento. (4 afetados; 1 sindical).

A segunda fase apresenta números semelhantes à primeira. São 30 locutores enunciando a partir de seis enunciadores: E1, destaca a demora nas buscas por desaparecidos, o desespero dos parentes pela falta de notícias e a diminuição da esperança de encontrar sobreviventes por parte das autoridades (2 afetados; 1 voluntário; 1 governamental); E2, se opõe ao primeiro ao trazer a expectativa de encontrar sobreviventes ou mesmo o potencial das buscas (3 bombeiros; 2 afetados; 1 governamental); E3, abrange a esfera do “drama pessoal” e reúne apenas afetados que falam sobre os danos e perdas sofridos e, diante disso, sobre a incerteza em relação ao futuro (7 afetados); E4, aborda a contaminação da água da bacia do Rio Doce, que levou ao corte de abastecimento em Governador Valadares (3 especialistas; 2 governamentais; 2 afetados); E5, alerta para os riscos ainda existentes no local do desastre (1 governamental; 1 bombeiro); E6, apresenta um prisma semelhante ao que, no quadro das causas, aponta para a responsabilidade da empresa. Este último enunciador representa a ideia de que, responsável pelos danos causados, a Samarco deve cumprir as exigências judiciais, pagando pelos prejuízos e prestando assistência às vítimas (2 governamentais; 1 não governamental).

Figura 2 – Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos na primeira e segunda fase

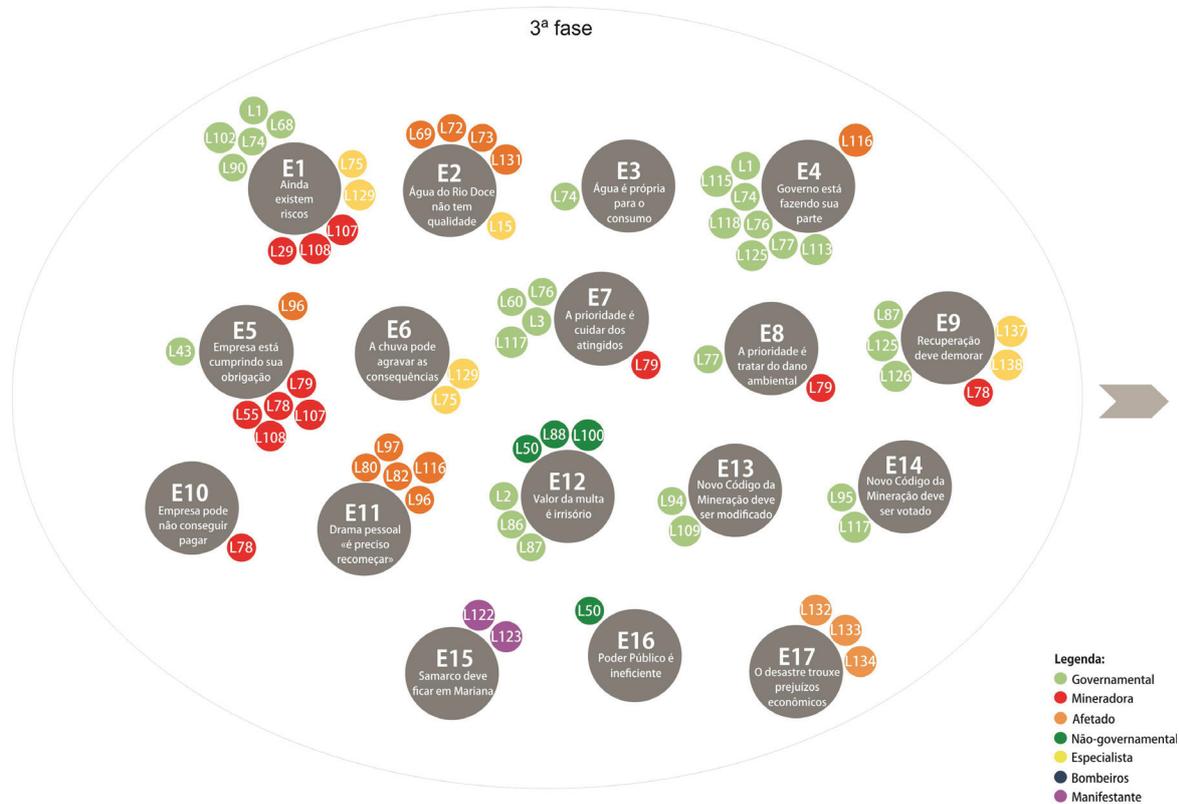


Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Já na terceira fase temos várias perspectivas concorrendo. São 17 enunciadores que reúnem 70 locutores: E1, continua a evidenciar a insegurança no local onde ocorreu o desastre (5 governamentais; 3 mineradora; 2 especialistas); E2, questiona a qualidade da água (4 afetados; 1 especialista); E3, reafirma a qualidade da água (1 governamental); E4, indica que as instituições do governo estão fazendo sua parte, como prestar apoio aos atingidos ou cobrar a empresa, por exemplo (8 governamentais; 1 afetado); E5, indica que a empresa

está cumprindo e/ou cumprirá sua obrigação (5 mineradora; 1 governamental; 1 afetado); E6, aponta para o provável agravamento dos riscos ainda existentes em função da chuva (2 especialistas); E7, aponta que a prioridade é cuidar dos atingidos (5 governamentais, 1 mineradora); E8, indica que tratar do dano ambiental é prioritário (1 governamental; 1 mineradora); E9, lança a hipótese de que o tempo para a recuperação dos danos ambientais deverá ser longo (3 governamentais; 2 especialistas; 1 mineradora); E10 remete à falta de recursos da

Figura 3–Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos na terceira fase



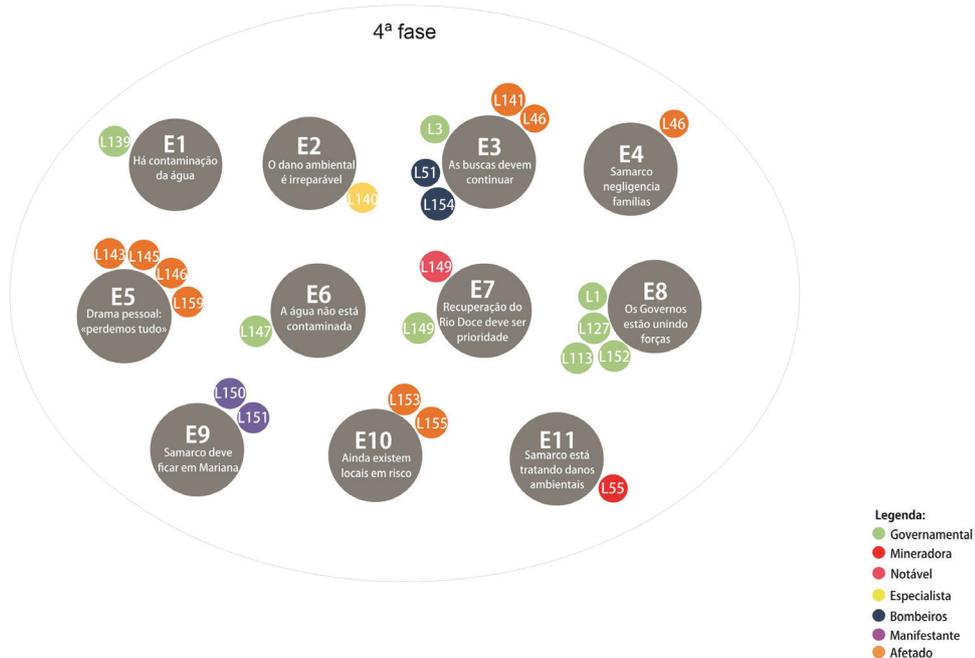
Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

mineradora para cobrir os gastos com os danos (1 mineradora); E11, traz a esfera do drama pessoal (5 afetados); E12, indica que o teto estabelecida para a multa a ser aplicada é irrisório diante dos danos causados (4 governamentais; 2 não governamentais); E13 aponta que o novo código da mineração deve ser modificado em função do desastre em Mariana (2 governamentais); E14, indica que o novo código da mineração deve ser votado conforme o texto original (2 governamentais); E15, defende a permanência da Samarco em Mariana (2

manifestantes); E16 traz a perspectiva da ineficiência do governo diante do ocorrido, principalmente no que diz respeito às multas (1 não governamental); E17, considera os prejuízos econômicos dos afetados (3 afetados).

Na quarta e última fase, assim como na anterior, temos um grande número de enunciadores. Alguns dos enunciadores repetem pontos de vistas semelhantes às fases anteriores, destacando a recorrência de alguns problemas. Essa fase reúne 11 enunciadores:

Figura 4–Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos na quarta fase



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

E1, afirma que a água está contaminada (1 governamental); E2, traz o ponto de vista de que o dano ambiental causado é irreparável (1 especialista); E3, aglutina o ponto de vista de que as operações de busca precisam continuar (2 afetados, 2 bombeiros; 1 governamental); E4, ainda traz a perspectiva da negligência da empresa em relação às famílias (1 afetado); E5, levanta, como em fases anteriores, a esfera do drama pessoal (4 afetados); E6, afirma que não há risco de contaminação pela água (1 governamental); E7, coloca a recuperação da bacia

do Rio Doce como maior preocupação após o desastre (1 notável, 1 fonte governamental); E8, aborda a perspectiva da união de forças entre os dois estados (Minas e Espírito Santo) para propor ações judiciais e medidas de mitigação de impactos (4 governamentais); E9, defende a permanência da Samarco em Mariana (2 manifestantes); E10, manifesta os riscos ainda existentes em alguns locais, como na região de Bento Rodrigues e em Ponte do Gama, distrito de Mariana em que várias casas ficaram ilhadas (2 afetados);

E11, traz a perspectiva do comprometimento da empresa com as questões ambientais (1 mineradora).

### **As coordenadas traçadas pelos enunciadore**

A partir da observação dos enunciadore mapeados em cada um dos eixos em paralelo com os marcos temporais e o que cada um deles representa, percebemos o quanto os desdobramentos do próprio acontecimento produziram modificações na forma como os locutores se posicionavam sobre o ocorrido. Observando mais especificamente cada eixo analisado acompanhamos os enunciadore sobre causas irem do genérico e nada conclusivo “estamos apurando” ao esvaziamento completo na quarta fase. Nas três fases em que são mobilizados enunciadore sobre causas está presente a perspectiva da apuração, que cumpre a única função de reafirmar o trabalho de investigação, tanto por parte das fontes governamentais como da própria empresa, embora não traga nenhuma pretensão conclusiva. Já na primeira fase temos a presença de um enunciador que indica a provável responsabilidade da Samarco, evidenciando o campo problemático da negligência da empresa, que já enfrentava problemas na estrutura das barragens há um longo período, conforme demonstram relatórios divulgados pela imprensa.

Mesmo que nas duas primeiras fases já tenhamos indicações de responsabilidade da empresa, é na terceira que se concentra o maior número de posições acerca dos motivos que levaram ao rompimento. É nessa fase que se descarta relação do ocorrido com o tremor de terra, única hipótese que poderia eximir a responsabilidade da Samarco, e é quando se chega à primeira indicação mais concreta sobre a causa, definida como a liquefação de rejeitos. Além disso, um dos enunciadore atribui o evento aos problemas relacionados à fiscalização, outro importante campo problemático evidenciado com o rompimento e que impulsionou, posteriormente, ações em resposta, como o Projeto de Lei que prevê processos de classificação de risco e de fiscalização mais rigorosos. A quarta fase apresenta o emblemático cenário de não trazer enunciadore sobre causas, o que, a nosso ver, pode se dar pela transferência do foco de atenção das causas para os desdobramentos, como a chegada dos rejeitos ao mar.

No terceiro eixo, que acompanha os desdobramentos do acontecimento, vemos pontos de vista diversos a partir da perspectiva de vários setores envolvidos, como os órgãos governamentais, as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros, a própria empresa e os afetados que, acionando a dimensão da experiência, dão conta de explicar como foi viver o desastre e como estão agindo em meio ao

caos provocado por ele. Em função disso, é esse eixo, dentre os três, que reúne o maior número de fontes afetadas, a quem é reservado esse papel. De uma maneira geral, vemos o drama pessoal das vítimas perpassar todas as fases. Os pontos de vista sobre desdobramentos vão acompanhando as consequências geradas pelo rompimento desde que os rejeitos atingem o Rio Doce até o momento em que chegam ao mar e também são eles que mobilizam um grande número de campos problemáticos evidenciados pelo acontecimento.

O enunciador que congrega a perspectiva do drama pessoal das vítimas e que se apresenta em todas as fases está diretamente relacionado com o campo problemático que expõe a situação de vulnerabilidade dos atingidos, já que, principalmente no caso de Bento Rodrigues, tratam-se de comunidades que já lidavam com os impactos da atividade mineira e que, em função da implantação do empreendimento, passaram a viver em locais de risco. Além disso, a situação de desfavorecimento econômico e político de grande parte dos afetados é responsável pela perpetuação da situação de vulnerabilidade após o desastre, fazendo com que fiquem apartados das principais discussões e definições sobre o acontecimento, mesmo em nível simbólico, a exemplo da sua grande concentração no eixo dos desdobramentos e baixíssima participação na discussão sobre causas, por exemplo.

Ainda outra perspectiva aparente em todas as fases desse eixo e que se relaciona com o mesmo campo problemático é a discussão sobre a qualidade da água em função do corte de abastecimento. Essa questão evidencia, mesmo que indiretamente, a proporção do risco de contaminação inerente ao empreendimento e que, em uma situação como essa, tornou vulnerável mesmo a população mais afastada. Outros pontos de vista recorrentes neste eixo dizem respeito às buscas aos desaparecidos. Mesmo que no início haja destaque para a contrariedade e desespero dos parentes, na última fase vemos a defesa da continuidade das buscas, já que, mesmo após o período de 16 dias, o número de desaparecidos ainda era muito grande. A existência de um grande número de vítimas nessas condições está relacionada com um dos enunciadores mapeados na primeira fase, que diz respeito à falta de aviso sobre o rompimento e que está imbricado com o campo problemático da negligência da empresa. Mesmo ciente da necessidade de um plano de emergência e da instalação de sinais sonoros, a Samarco assumiu o risco e não cumpriu as exigências que eram solicitadas para o funcionamento do empreendimento.

Esse eixo também congrega enunciadores mobilizados por fontes manifestantes que, na primeira fase, denunciam e condenam a atitude da empresa e nas duas últimas se

posicionam em defesa da permanência dela em Mariana. Essa atitude, mesmo que gere estranhamento à primeira vista, aparece justificada na própria fala dos manifestantes e mantém relação com o campo problemático da dependência econômica em relação à mineração na região. Com o passar do tempo, a paralisação das atividades e as sanções sofridas pela empresa instauram um quadro de incertezas sobre a permanência do empreendimento na cidade e geram preocupação em parte da população que admite a situação de dependência de emprego e renda, ou mesmo teme o retrocesso com o fim do complexo.

Ainda alguns enunciadores trazem questões relativas ao valor limitado das multas a serem aplicadas e diretamente ao código da mineração, que volta a ser pauta com o rompimento da barragem. Tais pontos de vista evidenciam o campo problemático das brechas na legislação, que são percebidas e discutidas em razão do acontecimento e impulsionam ações em resposta, como o próprio projeto de lei mencionado anteriormente. A esfera do dano ambiental, muito presente na última fase, também apresenta relação com o campo problemático das falhas na legislação e fiscalização, já que o imenso dano pode ter sido agravado justamente em função do empreendimento ter sido aprovado, entrado

em funcionamento e tendo a licença renovada sem dar conta das condicionantes ambientais.

Outro fator que merece destaque neste eixo são as manifestações dos afetados que destacam a falta de retorno da empresa nos primeiros momentos após o desastre, situação que também foi vivida e relatada por jornalistas que atuaram na cobertura do acontecimento. Como contam jornalistas da *Rádio Itatiaia* e do próprio *Estado de Minas* no livro *Vozes e Silenciamentos em Mariana*,

As equipes que participaram da cobertura das primeiras horas do rompimento da barragem confirmam o vácuo de informações deixado pela mineradora Samarco naquele momento inicial. 'Naquelas primeiras horas e dias, eles realmente estavam perdidos. Eu lembro que cheguei a parar na porta da filial da empresa que fica na região e pedir para falar com alguém. E não havia ninguém que pudesse esclarecer o que estava acontecendo. Só no dia seguinte é que a empresa veio conversar com a imprensa, dar informações, colocar executivos para falar. Demorou muito', recorda Edilene [repórter da rádio Itatiaia em Belo Horizonte]. Jociane [subeditora do portal *em.com.br*] confirma a lentidão dos retornos da companhia nas primeiras horas e a reversão desse quadro quando a gestão da crise já estava planejada. Depois de se organizarem para gerir a crise, a informação passou a chegar rápido e de forma bem articulada", conta a subeditora (ALMEIDA, 2016, p. 113)

Tal trecho demonstra claramente a diferença das fontes da mineradora em relação às demais que, enquanto fontes organizadas e que pertencem a uma grande e destacada empresa com papel central na região, também se colocam de forma favorecida em frente à mídia, ao contrário dos afetados que, em posição de vulnerabilidade, não tem, pelo menos num primeiro momento, uma forma de organização ou um representante para suas demandas. Nesse caso, enquanto as fontes da empresa também pautam a imprensa, através das coletivas, por exemplo, e expõem sempre manifestações planejadas e controladas, os afetados não encontram canais de acesso privilegiado, sendo acionados pelo próprio veículo e se manifestando individualmente. Todas essas questões fazem perceber o quanto as enunciações das fontes estão diretamente ligadas aos campos problemáticos, que não são apenas evidenciados pelo acontecimento como também são interpretados e reinterpretados ao longo da cobertura a partir da perspectiva das fontes acionadas.

### **A emergência de campos problemáticos**

O trabalho jornalístico, antes de tudo, é um trabalho de diagnóstico e edição do presente – de transformar acontecimentos vividos em acontecimentos jornalísticos, conferindo-os, nesse processo, determinada angulação (MEDINA, 1988) que tem como ponto de partida a lógica regimental do veículo jornalístico

e sua política editorial. É essa primeira visada sobre a realidade que irá orientar a construção da notícia e/ou cobertura e, entre outros fatores, priorizar determinadas fontes e orientar a atribuição de papéis (AMARAL, 2015) a serem cumpridos por elas. Mas também é preciso lembrar que os acontecimentos são sucedidos por uma teia de sentidos em disputa que evidenciam e movimentam determinados campos problemáticos da sociedade (QUÉRÉ, 2005).

Assim, se os procedimentos acionados no trabalho de apuração e edição jornalística, como a exposição de versões contraditórias ou conflitantes (COTTA, 2005) e o uso judicioso das aspás (TUCHMAN, 2016) têm o objetivo de isentar e resguardar juridicamente o repórter e o veículo, além de se aproximar de uma pretensa neutralidade jornalística, o processo de produção de notícias deve compreender a complexidade dos campos problemáticos que envolvem o acontecimento e a noção de que as visões trazidas pelas fontes são diversas e sempre ligadas, em maior ou menor grau, a esse nível de definições. Problematicar a polifonia no jornalismo, portanto, é mais do que cobrar dele diferentes pontos de vista, mas compreender os elos e amarras que tais pontos de vista revelam sobre as bases de sua exposição e como o jornalismo, no interior de suas diretrizes e práticas, administra esse cenário conflituoso.

Diante dos desastres, as rotinas produtivas jornalísticas desestabilizam-se. Os protocolos de classificação de fontes, de estabelecimento de causas e consequências como forma de evidenciar uma relação de causa-efeito dos fatos tornam-se insuficientes, já que a lógica dos acontecimentos transgride as noções estabelecidas até aquele momento. Refletir sobre as questões relativas à pluralidade e polifonia nos produtos jornalísticos ajuda a tornar claro os processos de mobilização das fontes e aquilo que se convencionou usar nas rotinas profissionais, mostrando que a apresentação e o embate de versões conflitantes no discurso jornalístico sobre o desastre em Mariana (MG) feita pelo portal *em.com.br* nem sempre garantiu a existência de um conteúdo polifônico. A partir da observação das fontes que enunciam sobre o desastre socioambiental em Mariana, torna-se evidente que o acionamento de fontes se dá de uma forma ritualizada, ou seja, se apresentam como um ritual estratégico de polifonia, ancorada em perspectivas normativas e manualísticas que definem pluralidade e imparcialidade como a representação de dois lados controversos de uma história ou mesmo no volume maior de fontes consultadas.

Percebemos que em fases mais avançadas da cobertura do site de notícias do jornal *Estado de Minas*, os enunciadores situam-se em extremos opostos, reduzindo os sentidos possíveis

do acontecimento a uma disputa polarizada e pouco crítica, e reforçando um dos cânones do jornalismo – “ouvir os dois lados” –, sem considerar as inúmeras matizes que compõem um evento de grandes proporções como o em questão e que deveriam ser representadas por pontos de vistas alternativos.

Ainda podemos concluir que a enunciação de alguns locutores rompe com aquilo que se esperava a partir do papel que desempenham no cenário local, como é o caso dos afetados pelo rompimento da barragem que se posicionam a favor da Samarco. Na condição de vítimas, direta ou indiretamente, espera-se dessas fontes que se pronunciem contra o agente causador. No entanto, nos deparamos com manifestantes a favor da empresa, deixando transparecer o quadro de dependência econômica da região e, em consequência, a realidade de várias famílias que tinham na mineração a principal fonte de emprego e renda. A fala dessas fontes nos fornecem subsídios para que possamos compreender as motivações desse deslocamento e perceber que nem sempre declarações condizem com a posição ocupada pelos enunciadores no quadro social do acontecimento. Portanto, o processo produtivo de buscar fontes localizadas em papéis bem demarcados e estanques (vítima, empresa, especialista) dentro do campo jornalístico não é garantia de que todos os pontos de vista sobre o acontecimento estarão contemplados

no discurso noticioso nem ajudam a revelar os problemas sociais de fundo.

Abrir a porta do discurso e compreender que as fontes são indivíduos influenciados pela exterioridade social e que podem ser cindidos em diversos sujeitos (MACHADO; JACKS, 2001), mobilizando diferentes posições, é uma forma de compreensão que vai além das ideias mobilizadas nas teorias do jornalismo para entender o conceito de fonte. Tal perspectiva nos faz perceber que a apuração jornalística precisa ser pensada, planejada e executada tendo em vista o nível dos enunciadores para que possam existir notícias efetivamente polifônicas.

O mesmo padrão pode ser percebido nas enunciações de algumas fontes governamentais mapeadas durante a pesquisa. É comum, nos textos noticiosos analisados aqui, que se atribua um lugar de destaque a fala desses personagens já que, via de regra, são eles quem potencialmente têm acesso as informações mais concretas, agindo como definidores primários (HALL et al, 2016). No entanto, conforme percebemos no desenrolar da pesquisa, nem sempre aquilo que se espera de determinada fonte é o que de fato ela mobilizará em sua fala, mostrando o quão frágil é a atribuição de papéis como forma de pré-orientar o trabalho jornalístico e fazê-lo acessar os campos em disputa mobilizados pelo acontecimento.

## Referências

- ALMEIDA, Raquel. A voz da imprensa nas primeiras horas da tragédia. In: CALDAS, Graça (Org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2017. p. 106-113.
- ARENDR, Hannah. Compréhension et politique. **Esprit**, v. 6, n. 42, p. 66-79, 1980.
- AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 43-54, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARBOSA, Karina Gomes; CARVALHO, André Luís. Narrativas do trauma no jornalismo local: o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 2, p. 19-33, 2017.
- CÂMARA, Marco Túlio P. Para nunca esquecer: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. 2018. 240 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens)–Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana–MG. **Relatório Final**, v. 12, 2016.
- CARVALHO, Douglas Elias. O caso Samarco no Jornal Nacional: narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil. 2018. 116 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação)–

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CASTRO, Antônio L. Coimbra de. **Glossário de defesa civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. Brasília. 1998.

COSTA, Flavio Ernani. **Ciberjornalismo: a retextualização da notícia instantânea no Estado de Minas**. 2016. 108 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens)–Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

COTTA, Pery. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

FEAM. Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FEAM, 2014.

FRANÇA, Vera. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Florianópolis: Insular, 2016.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 1-11, 2006.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda Aparecida. O discurso jornalístico. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Compós, 2001. p. 280-290.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: Apontamentos para debate. In: FIDALGO, Antonio; SERRA, Joaquim Paulo (Org.). **Informação e comunicação online**. Covilhã: Labcom, 2003. p. 75-90.

POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo, 2015.

PORCELLO, Flávio; CARVALHO, Douglas; FREITAS, Fabiana R. da R; BRITES, Francielly. O telejornalismo e a cobertura de desastres ambientais: uma análise do caso Samarco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2016.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, n. 10, p. 13-37, 2013.

\_\_\_\_\_. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

RAMOS, Julia Capovilla L.; SOUZA, Elise A. Disputas numéricas en el periodismo brasileño: las dimensiones de la tragedia socioambiental en Mariana (Brasil) en diciembre de 2015. In: AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos (Coord.). **Periodismo y desastres: Múltiples Miradas**. 1 ed. Barcelona: Editorial UOC, 2019. p. 99-120.

REBELO, José. Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. **Revista Científica de Información y Comunicación**, n. 3, p. 17-28, 2006.

SILVA, Jarbas Vieira da; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. Introdução. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 23-38.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-132

VARELA, Luis Gustavo; LOCATELLI, Carlos Augusto. A novidade estética do desastre da Samarco como acontecimento jornalístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertá; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90

WINCH, Rafael Rangel. Complexidade e jornalismo: enquadramentos discursivos nas reportagens do telejornal Bom Dia Brasil sobre os afetados pelo desastre em Mariana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais...** 2018. São Paulo: Intercom, 2018.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

## Informações sobre o artigo

**Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese:** Resultado da dissertação de mestrado intitulada *Cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG pelo portal em.com.br: das fontes aos enunciadores*.

**Fontes de financiamento:** Dissertação de mestrado desenvolvida com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Considerações éticas:** não se aplica.

**Declaração de conflito de interesses:** não se aplica.

**Apresentação anterior:** não se aplica.

## The meaning of disaster in Mariana: problematic fields and polyphony in the coverage of the Estado de Minas portal

### Abstract

The article analyzes the coverage by the portal *em.com.br* about the collapse of the tailings dam operated by Samarco in Mariana/MG in november 2015. Divided into four distinct temporal phases, the news reports that make up the documentary corpus help to understand the mobilized points of view by the sources chosen by journalists to narrate and make sense of what happened. We conclude that the triggering of sources activates a strategic ritual of polyphony in the journalistic productive routines destabilized by the disasters while the problematic fields evidenced by the dam rupture are the real orchestrators of the social meaning of the event.

### Keywords

Journalistic Coverage of Disasters.  
Polyphony. Problematic fields.

## Los sentidos del desastre en Mariana: campos problemáticos y polifonía en la cobertura del portal *Estado de Minas*

### Resumen

El artículo analiza la cobertura del portal *em.com.br* sobre el rompimiento de la presa de relaves mineros ocurrido en Mariana/MG en noviembre de 2015. Divididas en cuatro fases temporales distintas, las reportajes que componen el corpus documental ayudan a comprender los puntos de vista movilizados por las fuentes elegidas por los periodistas para narrar y dar sentido a lo que sucedió. Concluimos que la activación de las fuentes pone en marcha un ritual estratégico de polifonía dentro de las rutinas productivas periodísticas desestabilizadas por los desastres, mientras que los campos problemáticos evidenciados por la ruptura de la presa son los verdaderos orquestadores del significado social del evento.

### Palabras-clave

Cobertura Periodística de Desastres.  
Polifonía. Campos Problemáticos.

### Márcia Franz Amaral

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do CNPq.  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil  
E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7283-474X>

### Elise Azambuja Souza

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
E-mail: elise.as@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5124-2611>

### Julia Capovilla Luz Ramos

Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq) - UFSM.  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
E-mail: jcapovilla8@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2701-320X>

### Contribuição das autoras

**Concepção e desenho do estudo:** Márcia Franz Amaral

**Aquisição, análise ou interpretação dos dados:**

Márcia Franz Amaral; Elise Souza

**Redação do manuscrito:**

Márcia Franz Amaral; Elise Souza; Julia Capovilla

**Revisão crítica do conteúdo intelectual:**

Márcia Franz Amaral; Elise Souza; Julia Capovilla